

Avaliação do desempenho dos professores (I)

A avaliação dos professores é um processo delicado e tem que ser gerido nas escolas com particular cuidado. Na verdade, não é invulgar constatar que os professores se sentem ameaçados a vários níveis, nomeadamente no que se refere à sua autonomia, à sua dignidade profissional e aos seus direitos.

Antes de se debruçarem sobre aspectos de natureza mais administrativa e de iniciarem a construção, mais ou menos desenfreada, de grelhas de avaliação, muitas vezes de duvidosa credibilidade, eu diria que as escolas têm que pensar livre, aberta e fundamentadamente sobre a forma como pretendem organizar a avaliação dos seus docentes!

A avaliação feita pelos pares possui um conjunto de potencialidades que não se devem desprezar. São os pares que estão em melhor posição para se pronunciarem acerca da competência e do desempenho dos seus colegas. São os pares que estão mais familiarizados com os contextos concretos e específicos em que os professores trabalham e com as exigências a que têm que dar resposta. Por isso podem formular sugestões específicas e práticas que apoiem o seu desenvolvimento profissional. Porém, a avaliação por pares não está isenta de problemas. Há questões de (des)confiança nos avaliadores que não se podem ignorar, há problemas inerentes à sua credibilidade, competência e outros. É preciso enfrentá-los e dar-lhes a solução mais adequada no quadro da legislação formal e no quadro dos sistemas de concretização do modelo que a escola tem legitimidade para organizar.

Apesar de não existirem propriamente receitas para enfrentar as questões acima referidas, parece importante ter em conta que a transparência de procedimentos, através de uma cuidada (mas simples!!) definição de critérios, livremente negociada e aceite por todos os intervenientes, pode ajudar. De igual modo pode dizer-se que o rigor, a adequação ética, a exequibilidade e a utilidade, critérios geralmente aceites para apreciar a qualidade de qualquer processo de avaliação, estarão muito dependentes dos níveis de participação e envolvimento de todos os professores e de todos os interessados.

É também necessário ter consciência de que, em geral, em qualquer modelo de avaliação de professores, há pelo menos duas lógicas que parecem incontornáveis. Uma mais claramente associada ao seu desenvolvimento pessoal e profissional que nos remete para uma avaliação de natureza mais formativa, com a participação dos professores em todos os momentos, e para uma relação contratual, não impositiva, entre o avaliador e o avaliado. Será uma avaliação contextualizada que incentiva os professores a apreciarem o seu próprio desempenho (auto-avaliação). A outra lógica está mais centrada na responsabilização e na prestação de contas e, por isso, a avaliação terá uma natureza sumativa, orientada para medir a competência, o desempenho e a eficácia dos professores. Neste caso, há uma clara preocupação com os resultados, com os objectivos mensuráveis e quantificáveis.

Articular estas duas lógicas é talvez a questão mais substantiva que as escolas terão para enfrentar. Trata-se de um problema que os professores já conhecem bem no contexto da avaliação das aprendizagens dos alunos: conseguir que a avaliação formativa, para melhorar, se instale nas rotinas escolares e que a avaliação sumativa não seja mais do que a necessária confirmação do sucesso do ensino e da aprendizagem. Este é o grande desafio para quem crê que a avaliação é uma questão ética que tem muito a ver com o bem estar das pessoas, das organizações e das sociedades.

Repare-se que se a avaliação dos professores fizer parte integrante do Projecto Educativo, das rotinas instaladas na escola, não será provavelmente difícil que a avaliação formativa tenha um papel relevante e que a sua articulação com a avaliação legislada, de pendor mais sumativo, seja uma realidade bem presente na vida da escola. Para que a avaliação seja sobretudo uma oportunidade de desenvolvimento e de satisfação profissional dos professores com importantes reflexos na qualidade do seu trabalho pedagógico e, conseqüentemente, nas aprendizagens dos alunos.

Domingos Fernandes